

RAZÃO DE ESCOLHA DO CONTRATADO

O município de Porto Murtinho/MS realizará festividades “PORTO FOLIA 2026” ressaltando as comemorações do carnaval em nosso município que é uma festa popular, tradicional, realizadas em quase todos os anos, constituindo-se em importante instrumento para incremento de receita em razão de grande fluxo de turistas que visitam a região, aquecida pela abertura da pesca esportiva nos rios do estado, as quais representam uma expressiva movimentação turística na cidade. Como se sabe esses dois eventos aquecem economia do nosso município, abrindo oportunidade no ramo do comércio, do turismo e das atividades de serviços. O impacto das festividades é evidente em setores como os de hotelaria, alimentação, comércio, transporte e nas atividades ligadas a lazer, cultura, Turismo e entretenimento.

Para tanto, além das diversas atividades a serem desenvolvidas durante todo o evento, o Poder Executivo Municipal, a partir da discricionariedade administrativa que lhe é inerente, optou pela contratação de um show musical da “**BANDA KOISABAMBA**”, que, conforme documentos que instruem a presente justificativa, é consagrado pela crítica especializada e/ou pela opinião pública.

Diante disso, vislumbra-se que, dado o renome da nacional do artista e as peculiaridades do evento a ser realizado pelo Município de Porto Murtinho/MS, a contratação do show musical do “**BANDA KOISABAMBA**”, deve ser firmada de forma direta, eis que a competição resta inviabilizada.

Nesse sentido, veja-se o que assinala o doutrinador Marçal Justen Filho, em sua obra “*Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas*”¹:

[...]

Mas há casos em que a necessidade estatal relaciona-se com o desempenho artístico propriamente dito.

Não se tratará de selecionar o melhor para atribuir-lhe um destaque, mas de obter os préstimos de um artista para atender certa necessidade pública. Nesses casos, torna-se inviável a seleção através de licitação, eis que não haverá um critério objetivo de julgamento. Será impossível identificar um ângulo único e determinado para diferenciar as performances artísticas. Daí a inviabilidade da competição.

[...]

¹ JUSTEN FILHO, Marçal Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei 14.133/2021/ Marçal Justen Filho. -- São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021. (Pág. 972).

Superada a questão da escolha do show musical da “**BANDA KOISABAMBA**”, que realizará apresentação musical durante o Carnaval “**PORTO FOLIA 2026**”, mais especificamente no dia 16 de fevereiro de 2026 e no dia 17 de fevereiro de 2026, pontua-se que, nos termos do que dispõe o art. 74, inciso II e §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação do referido profissional deverá ser realizada diretamente – contratação pessoal do próprio profissional do setor artístico – ou por meio de empresário exclusivo, *in verbis*:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

[...]

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

[...]

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.

[...]

No caso em tela, verifica-se que a contratação da empresa **JOAO PAULO LANDIM GOMES**, inscrita no CNPJ: 35.748.835/0001-09, estabelecida a Rua Tenente Antonio João Figueiredo, nº 248, Bairro Vila Taquarussu - CEP 79.006-180, na Cidade de Campo Grande no Estado de Mato Grosso do Sul, é imprescindível, vez que é a única que possui exclusividade permanente e contínua de representação “**BANDA KOISABAMBA**”, tanto é verdade que foi a referida que apresentou a proposta de preços para realização de show musical no valor de **R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)**.

Assim, uma vez atendidos os requisitos estampados no art. 74, inciso II, § 2º da Lei 14.133/21, depreende-se que a contratação da empresa **JOAO PAULO LANDIM GOMES**, inscrita no CNPJ: 35.748.835/0001-09, com vistas à realização de show musical do “**BANDA KOISABAMBA**”, resta devidamente justificada no feito.

Sem prejuízo, assinala-se que a referida contratada não possui registros junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNP), conforme pesquisas anexas e realizadas por ocasião do disposto no art. 91, §4º, da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO



Por fim, sublinha-se que a empresa **JOAO PAULO LANDIM GOMES**, inscrita no **CNPJ: 35.748.835/0001-09**, em atenção ao disposto no art. 68 e no art. 72, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do item 15.1, nº “6”, do anexo VI, da Resolução TCE-MS n. 88, de 03 de outubro de 2018, alterada pela Resolução TCE-MS n. 180, de 24 de março de 2023, também logrou êxito na comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como da qualificação mínima necessária.

Porto Murtinho-MS, 02 de fevereiro de 2026.

PATRÍCIA MOREIRA ACOSTA
Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico